

OESP 17/07/87

Documento entregue a Ulysses é uma defesa da pesquisa básica



J. Franca

Com o presidente Ulysses Guimarães, a preocupação com distorções no uso da tecnologia

BRASÍLIA — Com mais de uma hora de atraso e fora de agenda, o presidente interino da República, deputado Ulysses Guimarães, recebeu ontem em audiência, no Palácio do Planalto, a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Carolina Bori, que na ocasião estava acompanhada de presidentes de diversas sociedades científicas que estão participando da 39.^a reunião anual da entidade, na UnB, além de deputados, como Florestan Fernandes e Otávio Eliseo, e do presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Crodowaldo Pavan.

Durante o encontro, que se estendeu por aproximadamente 30 minutos, Carolina Bori entregou a Ulysses Guimarães um documento reafirmando os pontos que a entidade considera importantes e acredita devam constar da futura Constituição do País, nas áreas de recursos minerais, educação, ciências e tecnologia, meio ambiente e definição do conceito de empresa nacional. Bori disse ao presidente em exercício que nos primeiros dias de agosto deverá encaminhar ao Congresso Constituinte as duas emendas populares que está patrocinando: a primeira, relativa à produção, armazenamento e transporte de armas nucleares no País; e a segunda, em defesa de uma sociedade pluritécnica e proibindo a exploração mineral nas reservas indígenas, as quais já contam, até o momento, com 60 mil assinaturas.

AUTONOMIA PARA A PESQUISA

O mesmo documento entregue ao deputado, será encaminhado às 11 horas de hoje ao relator da Comissão de Sistema-

tização da Constituinte, Bernardo Cabral. Ele ressalta que a comunidade científica está comprometida com os interesses maiores da Nação e com a concretização do regime democrático, como única via para superar a crise e estabelecer os mecanismos institucionais capazes de reger os nossos destinos. Dentro desse espírito, a SBPC destaca que o desenvolvimento científico e tecnológico é pré-condição para o desenvolvimento econômico e social, salientando que uma das vertentes básicas dessa perspectiva reside na promoção da pesquisa básica, “com garantias de que ela possa ser feita com autonomia, dispondo de recursos materiais e humanos adequados e em condições regulares de funcionamento e continuidade dos trabalhos”.

De acordo com o documento, a universidade constitui um componente essencial para a execução da política científica e tecnológica, “mas é preciso que essa política seja antes uma questão de Estado”, prossegue o texto, “de tal forma que não fique na dependência de conjunturas políticas que comprometam a sua continuidade e provoquem distorções irremediáveis, pois só assim a universidade e os institutos de pesquisa poderão desempenhar o papel relevante que lhes cabe”.

DEFINIÇÃO DE EMPRESA

As distorções no uso da tecnologia também constituem preocupação constante da SBPC, para quem tais problemas devem ser assumidos conscientemente pela Constituição e as instituições nacionais. “Poderemos assim ter certeza do uso adequado e para fins pacíficos da energia nuclear, o aperfeiçoamento con-

tínuo dos serviços de telecomunicações e a confiabilidade dos sistemas de informação e estatística, preservada a privacidade do cidadão, se tornarão modelos a serem seguidos nos avanços da aplicação do conhecimento científico”, afirma o documento; depois de assinalar a educação e a saúde como um direito de todos e uma obrigação do Estado.

A comunidade científica, representada pela SBPC, reconhece que muitas de suas sugestões já foram incorporadas a projetos que estão em vias de serem discutidos e votados (meio ambiente e questão indígena), ainda que sempre se “possam introduzir aperfeiçoamentos para melhorar o texto constitucional”. Restam, porém, pontos que estão a exigir atenção especial, acham os cientistas, como o da preservação do patrimônio genético e do mercado nacional naqueles setores que incorporam tecnologias de ponta, sendo necessária uma definição de empresa nacional que sirva efetivamente para balisar os rumos do desenvolvimento autônomo da economia nacional, porque só “assim a situação de dependência econômica e tecnológica, que agrava a crise e acirra as disputas políticas”, poderá ser superada.

Carolina Bori disse que Ulysses Guimarães sugeriu à entidade que continue acompanhando de perto os trabalhos da Constituinte, o que, aliás, é exatamente o que ela pretende fazer, para evitar a ocorrência de surpresas de última hora, como a de “violência semelhante à que estão cometendo contra o monopólio estatal do petróleo, ao se incluir na Constituição a possibilidade de assinatura de contratos de risco com empresas estrangeiras”.

(Cecília Pleso)